

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Ata da 56ª Reunião Ordinária da CT-EA –27/11/2012 - 9h00min. SAEE – ATIBAIA - SP

Membros presentes	
Entidade	Representante
4ª Cia de Polícia Ambiental	Marco Antonio da Silva (S)
ABCON	Amanda Julia Ricardo (S)
ASSEMAE	Alexssandro André Alves (T)
CETESB	Vera Lúcia Namura (T)
DAE S.B.O.	Sônia R. F. de Freitas (T)
Fundação de Energia e Saneamento	Simone Vilegas Reis (S)
GVS XX – Piracicaba	
Jaguatibaia A.P.A.	José Claudio Hofling (T)
P.M. de Extrema	Dorisy Ribeiro de Campos (T)
P.M. de Itatiba	Gustavo Cosenza de Almeida Franco (T)
P.M. de Piracicaba	Giseli Ap. Lambertuchi Barion (T) Elizabeth Silveira Nunes Salles (S)
P.M. de Rio Claro	Edison Norberto de Andrade (T)
SAEE Ambiental Salto	Silmara Ap. Barbutto M. de Souza (S)
SABESP	Adilson Octaviano (T)
SAEAN	Jaqueline Pinto Adorno (T)
SANASA	Ana Lúcia F. R. Freitas (T) Janete Maria Teles (S)
SMA	Maria Luisa Bonazzi Palmieri (T)

Gustavo	Empresa Stúdio Ambiental
Rafaela	FEAQ – Federação das Entidades Assistenciais de Campinas
Sérgio Razera	Agência de Bacias PCJ
Gianmarco Bisaglia	Associação Terceira Via

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

1. Pauta: A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica no dia 14/11/2012. **2. Abertura:** A abertura da reunião foi realizada pela Sra. Vera Lúcia Namura, coordenadora da Câmara Técnica de Educação Ambiental dos Comitês CPJ, que deu boas-vindas aos participantes e agradeceu a presença e a cessão do espaço pelo SAEE - Atibaia. Após essa apresentação inicial, passou a palavra ao Sr. Fávio, representante da entidade, o qual fez uma breve fala sobre a estruturação da Sala Verde do SAEE, justificou seu desligamento da CT-EA e apresentou os novos representantes. A fala foi complementada pela Sra. Elisabete, funcionária efetiva e diretora administrativa do SAEE-Atibaia, que informou sobre a continuidade das atividades de educação ambiental na entidade. **3. Apresentação do Plano de Educação Ambiental do empreendimento: Loteamento Fazenda Brandina:** Sra. Daniela, representante da empresa de consultoria “Estúdio de Projetos e Consultoria Ambiental Ltda.”, contratada pela FEAQ – Federação das Entidades Assistenciais de Campinas, empreendedora do projeto, para elaboração do referido plano, iniciou a apresentação do plano que constou dos seguintes itens: 1- Introdução e Justificativa; 2- Subprograma de orientação ambiental para a comunidade, com seus respectivos objetivos, atividades, cronograma e distribuição de responsabilidades. Dentre as atividades com a comunidade o plano propõe a realização de sete módulos de atividades, tendo como temas: Módulo 1: Uso racional da Água; Módulo 2: Drenagem Urbana; Módulo 3: Paisagismo Ecológico; Módulo 4: Moradia Sustentável; Módulo 5: Resíduos Domiciliares; Módulo 6: Doenças de veiculação hídrica; Módulo 7: Inclusão social para a preservação de recursos hídricos (bases para a cidadania). Além do subprograma de orientação ambiental para a comunidade, a Sra. Daniela

Membros Ausentes com justificativa	
Entidade	Representante
P.M. de Piracaia	Fábio Araújo Piola
DAE Jundiá	Cláudia Debrói Campos
INEVAT	Francisco Moschini
DAEE	Cecília Aranha
PM Limeira	Rogério Mesquita
IPE	Andréa Pupo

Membros Ausentes sem justificativa	
Entidade	
PM Americana	
PM Campinas	
PM Campo Limpo Paulista	
PM Monte Mor	
PM Santa Gertrudes	
Unicamp	

Convidados	
Entidade	Representante
Daniela	Empresa Stúdio Ambiental

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Ata da 56ª Reunião Ordinária da CT-EA –27/11/2012 - 9h00min. SAEE – ATIBAIA - SP

apresentou o subprograma de Orientação Ambiental das Equipes de Implantação, com seus respectivos objetivos, atividades, responsabilidades e cronograma. Este subprograma terá os seguintes tópicos abordados: 1- Módulo de Integração (Admissional); 2- Módulo Aspectos pertinentes da Legislação Ambiental; 3- Módulo Animais Peçonhentos; 4- Módulo Prevenção de incêndios florestais; 5- Módulo Cuidados com a flora, fauna e patrimônio histórico; 5- Módulo Destinação de Resíduos Sólidos; 6- Módulo Prevenção e Controle de erosão, poluição e contaminação do meio ambiente; 7- Módulo Controle Operacional de instalações industriais provisórias; 8- Módulo Procedimentos de desativação de obra. O plano contempla também a apresentação de relatórios que incluirão a descrição das atividades desenvolvidas no período, a documentação fotográfica das atividades, cópias de listas de presença, quando pertinentes, e cópias do material didático utilizado. Ao final da apresentação pela Sra. Daniela, a coordenadora da CT-EA concluiu a apresentação com algumas observações, informando que a apresentação foi realizada com o que foi solicitado pela CT-EA em 2007 e que os membros da CT-EA considerassem essa observação no momento da análise. Em seguida, a coordenadora Vera abriu a palavra para os membros em relação ao plano apresentado: Claudio da ONG Jaguatibaia APA sugeriu a inclusão, no plano de EA, de conteúdos relacionados à febre maculosa e leishmaniose e questionou sobre a forma como seriam realizadas as atividades com os trabalhadores na obra. Daniela complementou que serão realizadas palestras, através de exposição de slides com figuras e principalmente linguagem direcionada ao perfil dos trabalhadores. A coordenadora Vera questionou se a empresa Estúdio de Projetos e Consultoria Ambiental será responsável pelo monitoramento do plano e Daniela respondeu que uma equipe de monitoramento estará disponível, mas caberá ao empreendedor (FEAQ) a decisão sobre qual empresa realizará o monitoramento do mesmo. Ana Lúcia da SANASA questionou sobre o envolvimento do público alvo no espaço do Núcleo de Educação Ambiental proposto no plano e de como o tema “Uso racional da Água” será desenvolvido. Daniela respondeu que as palestras de treinamento sempre

ocorrerão com a admissão da equipe, ou seja, antes das equipes iniciarem os trabalhos, participarão do treinamento de acordo com os módulos propostos, de forma gradativa, no decorrer da empreitada. Haverá uma pessoa com a função de monitorar os trabalhadores no sentido de avaliar se as palestras surtiram efeito. Caso haja necessidade, serão realizadas palestras de reforço. Daniela complementou que, sobre as atividades que envolvem o uso racional da água, serão realizadas palestras e distribuição de cartilhas sobre como detectar vazamentos e uso de alternativas que minimizem o consumo de água. Rafaela da FEAQ fez uma complementação, informando que as informações também serão trabalhadas através da comunicação visual e que, em relação às atividades de educação ambiental, a FEAQ trabalhará junto aos futuros moradores sobre o incentivo às práticas sustentáveis e a disseminação de informações. Elizabeth, da Prefeitura de Piracicaba, sugeriu que para que o plano de educação ambiental possa garantir sua sustentabilidade no empreendimento, o mesmo seja contemplado no regimento interno da futura associação de moradores. Em resposta, Rafaela disse que essa ação já está prevista. Maria Luísa, do Instituto Florestal/SMA fez algumas considerações sobre a metodologia e sobre o conceito de educação ambiental abordados no plano, focados principalmente na utilização de cartilhas, realização de palestras e outras metodologias centradas na transmissão de conhecimentos. Foi sugerida a revisão do plano, considerando o PNEA – Plano Nacional de Educação Ambiental, que contempla formação em educação ambiental crítica e se relaciona com conteúdos culturais e econômicos, por exemplo. Maria Luísa sugeriu ainda a utilização de metodologias participativas, trabalhos em grupo e incentivo a ações coletivas. Como referência foi solicitada para que a empresa faça a leitura da Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ, disponível no site dos comitês PCJ. Dora sugeriu a inclusão do tema “Contexto Socioambiental do Empreendimento”, em todos os módulos do plano, contendo informações como: Bacia Hidrográfica, Bioma, Unidades de Conservação local (APA) e questões sociais e culturais que envolvem o entorno do empreendimento. Como conclusão, a CT-EA definiu que sejam feitos

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Ata da 56ª Reunião Ordinária da CT-EA –27/11/2012 - 9h00min. SAEE – ATIBAIA - SP

aprimoramentos em seu conteúdo tais como: - Inclusão dos temas “febre maculosa” e “leishmaniose” no conteúdo do programa; - Entrega de relatórios das atividades do Programa de Educação Ambiental para a CT-EA, a cada fase do projeto; Revisão do conceito de educação ambiental adotado, utilizando como referência o Plano Nacional de Educação Ambiental (Educação Ambiental Crítica e Emancipatória); - Revisão da metodologia, utilizando como referência a Política dos Comitês PCJ (Deliberação CT-EA/PCJ/001/04); - Todas as ações descritas nos módulos temáticos propostos deverão estar associadas e expressar o contexto ambiental do empreendimento (Bacia Hidrográfica, Bioma, Unidades de Conservação local (APA)). Assim, a CT-EA dos Comitês PCJ pede a revisão do programa, de acordo com esse parecer e reencaminhamento para nova análise da CT-EA. **4. Apresentação do PPA Bacias PCJ (2013-2016) e Critérios para seleção de empreendimentos para Demanda Espontânea – 2013:** A coordenadora Vera apresentou o Sr. Sérgio da Agência PCJ e sua função de explicar detalhes sobre o Plano de Aplicação Pluri Anual (PPA) das Bacias Hidrográficas PCJ – 2013/2016. Alguns questionamentos foram realizados pelos membros da CT-EA e algumas críticas e sugestões foram apresentadas, como: - a falta de comunicação da Agência PCJ em relação às alterações que envolveram a CT-EA; - a deliberação tem algumas questões que estão diretamente relacionadas a um plano de trabalho que a CT-EA estava organizando, favorecendo em alguns pontos e desfavorecendo em outros. Outras questões corrigem alguns caminhos que estavam sendo planejados; - diante do que foi apresentado pelo Sérgio, uma proposta foi sugerida pela Dora, alterar o nome da CT-EA para CT- Educação, Mobilização e Comunicação; - necessidade de reorganização do Plano de Trabalho da CT-EA na próxima reunião ordinária que acontecerá em 19 de fevereiro de 2013; - necessidade de participação dos membros da CT-EA em outras câmaras técnicas, buscando integração para garantir a sustentabilidade do novo plano de trabalho da CT-EA. Dora ainda colocou a importância de que os membros da CT-EA não desanimem no processo de contínua construção da CT-EA. Sérgio concluiu sua fala justificando como a nova

proposta interferirá na Agência de Bacias, aumentando a demanda pela análise de projetos, já que a proposta é de que a Agência de Bacias passe a ser o Agente Técnico dos projetos de demanda induzida. Sérgio informou ainda que, o Plano de Bacias terá uma revisão em 2014 e que todas as câmaras técnicas terão a chance de organizarem seu plano de trabalho e incluírem suas metas nessa revisão. Maria Luísa colocou que o PPA é um assunto novo para a CT-EA e parabenizou o trabalho realizado pela Agência, porém muitas das informações colocadas no Plano não contemplam o que a maioria dos membros da CT-EA compreende de educação ambiental, fazendo com que seja dada a impressão de que todo o trabalho realizado pela CT-EA desde sua criação, não foi contemplado pela Agência no plano. E concluiu que muitos projetos financiados como recursos de demanda espontânea são bastante participativos e contemplam o conceito de educação ambiental que a CT-EA construiu ao longo dos anos, citando o exemplo do Projeto “De olho na bacia – material didático de educação ambiental sobre a bacia do Ribeirão Piracicamirim”. Gianm, da Ong Terceira Via, concluiu a fala dos membros sobre o PPA dizendo que na prática, o seu entendimento, o Comitê PCJ abriu mão da governança de recursos hídricos e passou a ser o gestor de recursos financeiros e executor dos projetos. De acordo com o ponto de vista de gestão, o plano apresentado está de acordo. Do ponto de vista de uma ONG, não há estímulos e vantagens nesse PPA para participar de projetos de EA. **5. Informes:** a coordenadora Vera reapresentou a Deliberação Comitês PCJ nº 115 e reforçou a importância dos membros tomarem ciência da mesma. Foi apresentada a planilha Estatística de Presença, encaminhada pela Agência de Bacias, no qual várias instituições estavam correndo o risco de serem excluídas por faltas consecutivas; Após análise da planilha de estatística, surgiram algumas dúvidas para serem sanadas com Agência de Bacias: - motivo de algumas instituições ainda estarem na planilha como membro, mesmo apresentando faltas consecutivas há algum tempo; - possibilidade de que os membros titulares e/ou suplentes da CT-EA possam emitir uma procuração indicando outro representante de sua instituição (não oficializado na CT-EA) para participar das reuniões da

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Ata da 56ª Reunião Ordinária da CT-EA –27/11/2012 - 9h00min. SAEE – ATIBAIA - SP

CT-EA. Ainda sobre os informes Dora, da Prefeitura de Extrema, apresentou sua impressão sobre sua participação Encontro Nacional de Comitês de Bacias. Sobre a participação de representante da CT-EA no Workshop SIGA na Análise Ambiental, realizado em Piracicaba, em outubro de 2012, Elizabeth, da Prefeitura de Piracicaba informou sobre a alteração do nome do representante no evento. Foi informado também por Elizabeth o adiamento do Encontro com os PCNP (Professores Coordenadores dos Núcleos Pedagógicos) das Diretorias de Ensino que estavam presentes no Diálogos Interbacias. Sobre a sistematização das oficinas realizadas pela CT-EA sobre o Plano de Bacias, Dora da Prefeitura de Extrema colocou a necessidade de que os membros da CT-EA façam as devidas conclusões da sistematização. Para isso ficou definido uma reunião do GT-PB (Plano de Bacias) para dia 22 de janeiro em Campinas. Porém nessa reunião seria importante a participação de todos os membros da CT-EA. Sobre o encontro em Ouro Preto, foi informado por dora que, apesar das inscrições terem se encerrado no dia 26/novembro, poderemos entrar em contato com os responsáveis pela organização para verificar se há possibilidade de inscrição dois membros da coordenação da CT-EA no encontro, sendo definido Vera e Dora como representantes. Aquaeduca: Dora irá contatar Emília para ver como dar segmento ao projeto, no sentido de inserir o programa no site da AGÊNCIA PCJ. Foi informado sobre a necessidade de entregue dos custos referente ao Seminário que está sendo planejado pela CT-EA em comemoração aos 10 anos da CT-EA. Gianm, da Ong Terceira Via colocou que o Seminário possa ser um espaço de discussão do planejamento de novas ações da CT-EA. Para tanto, ficou definido que o GT-Seminário precisa se organizar para repensar o conteúdo e que na reunião ordinária de fevereiro, da CT-EA será redefinido este GT para organizar o seminário. Segundo Dora, a Agência de Bacias definiu o prazo até o mês de dezembro/2012 caso o seminário seja realizado no 1º semestre de 2013. Maria Luisa, do IF/SMA sugeriu contato com Agência, solicitando adiamento de prazo para entrega dos custos. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Vera Lucia Namura agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

Vera Lucia Namura
Coordenadora da CT-EA

Dorisney Ribeiro de Campos
Coordenadora-adjunta da CT-EA

Elizabeth da Silveira Nunes Salles
Secretária da CT-EA